
1 **CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS**
2 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**
3

4 Data: 05 e 06 de agosto de 2008.

5 Local: Sala de Vidro, Bloco M, Agência Nacional de Águas, situada na Área 05, Quadra 03,
6 Setor Policial Sul, Brasília - DF.

7
8 **REPRESENTANTES:**

9 **01. Ministério do Meio Ambiente/SRHU**: Claudia Ferreira Lima – claudia.lima@mma.gov.br

10 **02. Ministério do Meio Ambiente/ANA**: Flávio Soares do Nascimento -
11 flavio.nascimento@ana.gov.br

12 **03. Ministério da Integração**: Marcelo Eustáquio de Carvalho -
13 marcelo.carvalho@integracao.gov.br

14 **04. Ministério de Minas e Energia**: Emanuel Teixeira de Queiroz -
15 emanuel.queiroz@dnpm.gov.br

16 **05. Ministério da Defesa**: Ausente

17 **06. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES**: Maricene M. O. M. Paixão –
18 outorga.subt@igam.mg.gov.br

19 **07. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB**: Waldir Duarte Costa -
20 wdcosta@ibest.com.br;

21 **08. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL**: Carlos Alberto Martins -
22 cmartins.a@gmail.com

23 **09. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT**: Nédio Carlos Pinheiro-
24 nedio@terra.com.br

25 **10. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ**: Gerônimo Rocha -
26 geroncio@ambiente.sp.gov.br

27 **11. Indústrias**: César Augusto Paulino Grandchamp - cesar.grandchamp@vale.com;

28 **12. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**:
29 Elza de Abreu Costa – elza.abreu@cesan.com.br

30 **13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo**:
31 Wilson de Azevedo Filho - azefilho@hotmail.com;

32 **14. Irrigantes**: Wilson A. Bonança - wbonanca@srjundiai.com.br;

33 **15. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas**: Emílio
34 Carlos Prandi - bpr@daee.sp.gov.br;

35 **16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa**: Everton Luiz da Costa Souza -
36 veto@suderhsa.pr.gov.br

37 **17. Organizações Não Governamentais**: Lisiane Becker - miraserra@miraserra.org.br
38

39 **DEMAIS PRESENTES:**

40– Andréa Figueiredo (MME) - andrea@mme.gov.br;

–41 Carlos de Freitas Silva (Comitês) - bpg-pgr@daee.sp.gov.br

–42 Carlos Eduardo Curi Gallego (OTEP) - curigallego@yahoo.com.br

–43 Cláudio Bedran (ONG) - contato@planetaverde.org.br

44– Denise Alho – denisealho@petrobras.com.br;

45– Dorothy Carmem P. Casarini (CETESB) - dorothyc@cetesbnet.sp.gov.br;

46– Elene Zavoudakis (IEMA-ES) - ezavoudakis@iema.es.gov.br;

–47 Erivelto Luiz Silveira (SANEPAR) - eriveltols@sanepar.com.br

48– Flavia Medeiros (Elabore Consultoria Ambiental) - flavia.medeiros@elabore.com.br;

–49 Flávia Pitanga Salim (CERH – MG/ES) - flaviasalim@hotmail.com

–50 João Carlos Santos da Rocha (CERH – PI/SE) - joaocarlos.rocha@semarh.se.gov.br

- 51– Kamilla Affonso Pacheco (Elabore Consultoria Ambiental) -
52 kamilla.pacheco@elabore.com.br;
53– Laestanislaula Sousa da Silva (MMA / SRHU) - laestanislaula.silva@mma.gov.br;
-54Leila de Carvalho Gomes (CERH – SP/RJ) - lgomes@sp.gov.br
55– Leonardo Lima (MMA / SRHU) - leonardo.lima@mma.gov.br;
56– Leonardo Mitre (MMA / ANA) - mitre@ana.gov.br;
-57Nelson Ananias Filho (Irrigantes) - nelson.filho@cna.org.br
-58Oscar Brás Pion (Concessionárias) - pion@emae.sp.gov.br
-59Patrícia Boson (Indústrias) - tita@uaigiga.com.br
60– Rafael Machado Mello - rafael.mello@adasa.df.gov.br;
61– Roberto Alves Monteiro (MMA / SRHU) - roberto.monteiro@mma.gov.br;
-62Simone Rosa da Silva (CERH – PB/PE) - simone.rosa@srh.pe.gov.br
63– Stanley Rodrigues Bastos (MI) - stanley.bastos@integracao.gov.br;
-64Vera Lúcia Lopes de Castro (CERH – RN/AL) - veracastro@intergato.com.br

65

66 **RELATORIA:**

67 Ana Paula Soares Xavier (SRHU/MMA) – ana-paula.xavier@mma.gov.br

68 Gildevan Félix de Lima (SRHU/MMA) – gildevan.lima@mma.gov.br

69

70 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

71 **Item 1 – Abertura / Informes.** Às 09h25min do dia 05 de agosto de 2008, o Sr. Everton Luiz
72da Costa Souza (OTEP), Presidente da CTAS, iniciou a reunião agradecendo a diretoria da ANA,
73em nome do Sr. Paulo Lopes Varela, pelo ótimo espaço cedido, bem como parabenizou a equipe
74da ANA pela brilhante atuação na área de águas subterrâneas. Em seguida, passou a palavra ao
75Sr. Paulo (ANA) o qual comentou sua satisfação em receber a Câmara Técnica, e ofereceu o
76espaço para outras reuniões. Relatou as ações programadas no sentido de cumprir o Plano
77Nacional de Recursos Hídricos e comentou sobre alguns eventos sinalizados, na reunião anterior
78da Câmara Técnica, que já está produzindo resultados. Deu exemplo do projeto-piloto de gestão
79integrada a ser implementado na região metropolitana de Natal/RN, com a participação de todos
80municípios, apoio da Secretaria de Planejamento e do Banco Mundial. Falou também sobre o
81estudo do aquífero, na Chapada do Apodi, que abrange os estados do Ceará e do Rio Grande do
82Norte. Comentou, também, sobre a realização do workshop internacional que definirá
83parâmetros de monitoramento e sobre o lançamento do Programa Nacional de Qualidade de
84Água em todos os Estados. Finalizou sua fala comentando sobre o convênio com a ABAS para a
85capacitação dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados. O Sr. Everton Luiz da Costa
86Souza (OTEP), antes de iniciar os informes, solicitou uma apresentação rápida dos presentes e
87justificou a ausência do relator Daniel (SRHU/MMA) pelo fato de estar participando de um
88curso de capacitação em Manaus. Passou, a seguir, aos informes, iniciando com a exclusão dos
89Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos da Bahia/ Ceará e Ministério da Saúde devido a três
90faltas consecutivas. Comentou sobre o ofício-convite feito aos Ministérios da Integração
91Nacional, da Defesa e do Turismo para substituí-los. Comentou que dentre eles apenas o
92Ministério da Integração havia demonstrado interesse em participar e o Ministério da Defesa
93ainda não respondeu o convite. O Presidente lamentou a saída dos Conselhos Estaduais pelo fato
94de considerá-los fundamentais ao bom funcionamento da CTAS e pediu para se verificar a
95possibilidade de reverter a exclusão destes estados, após convidar todos os suplentes. A Sra.
96Doroty sugeriu enviar ofício aos órgãos gestores estaduais, por considerar ser mais viável a vinda
97de um representante. O Sr. Wilson Bonança considerou lamentável a saída dos estados, mas
98expressou a sua opinião dizendo que houve desinteresse e displicência, com exceção da Bahia,
99por motivos de alteração da estrutura do Conselho. Falou que considera pertinente o envio de
100ofício advertindo-os das faltas. O Sr. Everton concluiu dizendo sobre a importância de se ter uma
101ação política mais forte da Secretaria Executiva do CNRH junto aos Conselhos Estaduais para
102que possam enviar os representantes. Na sequência, ele comentou sobre um processo montado

103pelo relator Daniel (nº 02000.002118/2008-63), relativo a um documento protocolado pelo
104Conselheiro João Clímaco, na Secretaria Executiva do CNRH, em 14/julho, sobre a outorga de
105águas subterrâneas para o aproveitamento em irrigação agrícola e comentou que ele seria
106discutido em outra reunião (Anexo I). O Sr. Everton falou que seria instrumento do Sr. João
107Carlos Simanke, ex-Presidente, o qual fez um texto (Anexo II) em homenagem póstuma ao Sr.
108Élcio Linhares Silveira, ex-membro da Câmara Técnica e funcionário do Departamento de
109Águas e Energia Elétrica – DAEE, em São Paulo, órgão no qual seu trabalho se destacou. Neste
110escrito foi sugerido, em nome da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, e como membro
111da CTAS, o registro em ata, a publicação no site e uma Moção de Pesar. Vários membros
112comentaram sobre a lição de vida e sua grande contribuição prestada. Depois, houve uma salva
113de palmas em sua homenagem. Em seguida, o Presidente passou ao **Item 2 – Aprovação da Ata**
114**da 59ª reunião e Item 3 – Aprovação da Ata da 60ª reunião.** O Sr. Everton comentou que a ata
115da 61 não pode ser enviada e seria aprovada na reunião seguinte. Após algumas considerações
116dos membros, as atas foram aprovadas com uma ressalva do Sr. Roberto Monteiro, feita na ata
11759, na linha 155. O Sr. Wilson fez elogios à objetividade e curto tempo gasto na aprovação das
118duas atas. O Presidente antes de passar as apresentações, pediu desculpas ao Sr. Emílio,
119representante dos Comitês de Bacia Hidrográfica, pelo não envio da convocação da reunião
120anterior e depois passou a palavra à representante da SRHU, Sra. Cláudia Lima. Ela comentou
121sobre a apresentação do detalhamento do Subprograma VIII do Plano Nacional de Recursos
122Hídricos (Anexo III), documento elaborado pelos técnicos da SRHU e da ANA que deveria ser
123feita naquela reunião conforme combinado na reunião anterior. Porém, devido ao agendamento
124de outras reuniões na mesma data e ao tempo escasso considerou pertinente os membros o
125apreciarem com mais calma e contribuírem com sugestões até o dia 21 de agosto. Comentou que
126após esta data, as sugestões seriam sistematizadas e repassadas ao GTCE antes do dia 26. A Sra.
127Laestaniula (SRHU/MMA) comentou sobre o envio de sugestões para os e-mails dela e da
128Sra. Cláudia (SRHU/MMA), com cópia para o Presidente e ainda sugeriu colocá-las disponíveis
129no site do CNRH, para contribuições. O Sr. Everton relembrou as datas programadas para as
130reuniões da CTAS. Sugeriu antecipar a reunião prevista para os dias 1 e 2 de outubro para
131meados de setembro, com o objetivo da Câmara discutir exclusivamente o referido documento
132do detalhamento. Considerou a importância de se ter, também, as contribuições dos segmentos,
133estendendo o prazo para o dia 29 de agosto. A preocupação de diversos membros foi que este
134documento deveria ser enviado também aos estados e que a responsabilidade não é restrita
135apenas à Câmara Técnica. O Sr. Flávio (ANA) comentou que isto estava previsto no
136cronograma. A Sra. Cláudia (SRHU/MMA) comentou que no ano de 2007 houve uma oficina
137para discutir o detalhamento dos Programas do PNRH, para o qual todos os estados foram
138convidados a colaborar e que tais contribuições foram aproveitadas por eles na elaboração do
139Programa VIII. Ressaltou que, para sua elaboração, tiveram o cuidado de ler todos os outros
140Programas do PNRH para encontrar pontos de integração. O Programa VIII foi, então, dividido
141em 3 partes: técnica, institucional e legal. O Sr. Everton concluiu o assunto sugerindo fazer um
142ofício à Secretaria Executiva solicitando uma maior participação dos estados, por meio da
143contribuição dos conselhos estaduais estendendo o prazo para contribuições. Ele comentou que
144levaria este desafio à reunião de Presidentes de Câmaras Técnicas para depois definir melhor as
145datas da próxima reunião e caso o prazo não pudesse ser estendido se faria uma reunião no mês
146de setembro. Em seguida passou ao **Item 5 – Apresentação sobre “Instrumentos Integrados de**
147**Gestão da Quantidade e Qualidade-Outorga e Licença Ambiental” pelo Sr. Emílio Prandi.** Ele
148comentou que a Sra. Leila de Carvalho Gomes deveria fazer a apresentação por ser a responsável
149pela Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização do Departamento de Águas e Energia
150Elétrica - DAEE do estado de São Paulo. Em seguida, ele se apresentou também como técnico
151do mesmo órgão e membro do Comitê do Rio Paranapanema. Iniciou dizendo que a outorga e o
152licenciamento são feitos por órgãos distintos em São Paulo, sendo o primeiro pelo DAEE e o
153segundo pela Secretaria de Meio Ambiente – SMA. Falou sobre o histórico do DAEE e ressaltou
154que em 1988 o estado já contava com uma Lei de Preservação de Águas Subterrâneas. Falou

sobre o esforço da CTAS estadual no sentido de integrar os instrumentos para a água subterrânea e superficial. Disse que, além da análise técnica (estudo de viabilidade de implementação do empreendimento), existe a observância legal das resoluções conjuntas entre o DAEE e a SMA, regulamentos e portarias – dentre elas, destacou as resoluções que integram recursos hídricos e meio ambiente como a Res. SMA/SERHS nº 1/04: Integra Outorga e Licenciamento Ambiental, a Res. CRH nº 52/04: Estabelece metodologia p/restrição e controle de uso das águas subterrâneas e a Res. SMA/SERHS/SES: gestão integrada de águas. Falou sobre a delimitação de áreas com restrição de uso, devido a quantidade de água, feita por Ato Declaratório de Restrição, expedido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e exemplificou com o recente fato ocorrido em parte da cidade de Ribeirão Preto/SP. Comentou ainda sobre o fluxograma de outorga para um empreendimento novo, sendo a 1ª etapa a apresentação de estudo de viabilidade de implementação de autorização e que ocorre, somente, após o licenciamento do empreendimento pela SMA, CETESB e Departamento de Proteção de Recursos Naturais é que se libera a outorga do direito de uso da água. Em seguida, entrou no **Item 6 – Apresentação sobre “Instrumentos Institucionais de Gestão da Qualidade das Águas Subterrâneas” pela Sra. Dorothy Casarini**. O Sr. Everton passou a palavra para a Sr. Dorothy. A Sr. Dorothy Casarini falou sobre instrumentos legais: licenciamento, fiscalização, normas técnicas, decisão de diretoria, resoluções conjuntas SMA/SSE e CRH; mapeamento das áreas críticas de vulnerabilidade das águas subterrâneas ao risco da poluição no estado de São Paulo; mapeamento da porcentagem de uso das águas subterrâneas; monitoramento de qualidade das águas subterrâneas desde 90, áreas críticas de restrição e controle do uso das águas subterrâneas; áreas de proteção máxima de aquíferos; áreas de proteção de poços; SIG – Sistema de Informação; procedimento de avaliação de risco à saúde humana; valores orientadores; gerenciamento de áreas contaminadas; procedimento de avaliação de risco ecológico; projetos de P&D específicos; classificação e enquadramento de recursos hídricos; e modelo de gestão de águas subterrâneas. A seguir passou ao **Item 7 – Apresentação sobre Projeto Aquíferos -SMA pelo Sr. Ricardo Vedovello**. O Presidente comentou que a apresentação será feita pelo Sr. Gerônimo Rocha, técnico do DAEE. Ele justificou a ausência do Sr. Ricardo Vedovello e explicou que o Projeto Aquíferos é um dos 21 selecionados como prioritários dentro do Projeto Ambiental Estratégico da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, por promover a proteção dos aquíferos do estado, identificando áreas críticas e sensíveis em termos de qualidade e quantidade e criando mecanismos de controle e restrição, em especial nos afloramentos dos aquíferos Guarani e Bauru. Comentou que os 6 componentes desse projeto estão estruturado nas áreas de gestão, conhecimento, capacitação e divulgação, destacando-se na gestão: 1. Definição de mecanismos legais e institucionais para proteção da água subterrânea em áreas críticas e vulneráveis, 2. Estabelecimento de diretrizes regionais de gestão, utilização e proteção das águas subterrâneas e 3. Implantação da rede integrada de monitoramento da quantidade e qualidade da água subterrânea do DAEE e CETESB. Na área de conhecimento destacou 4. a prioridade no desenvolvimento de pesquisas aplicadas por meio da articulação dos núcleos de pesquisa em hidrogeologia existentes e na área de capacitação/divulgação: 5. Cursos de Capacitação e treinamento de agentes públicos, pesquisadores e usuários com o tema Águas Subterrâneas e 6. Produção e divulgação de informações sobre os aquíferos do Estado de São Paulo, para fins de Educação Ambiental. Destacou o Guia de usuários de águas subterrâneas; o Manual de operação e manutenção de poços (reedição), a criação e integração de sites e portais de disponibilização de dados e informações sobre os aquíferos e implantação de Sistema de Informação, bem como as ações desenvolvidas como Workshop “Pesquisa Científica e Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo”, temas e linhas de pesquisa prioritários, discussão junto ao Conselho de Pesquisa Ambiental e avaliação de programa temático junto à FAPESP. Posteriormente, foi discutido o **Item 8 – Análise da proposta de resolução que “Estabelece mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro”**. O Presidente comentou que seria o momento final para finalizar a proposta antes de enviar para a análise da CTIL e lembrou que, na reunião anterior, havia paralisado as discussões no artigo

20711. Após várias discussões quanto a manutenção ou não deste artigo, houve uma votação, sendo
2087 votos para manter e 6 para excluir. Antes de finalizar, o Presidente fez uma rápida leitura da
209análise da proposta de resolução CNRH nº 12, que será discutida pela manhã do dia seguinte,
210sendo a reunião encerrada por volta de 18h20min. Às 08h45 do dia 06 de agosto de 2008, o Sr.
211**Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) iniciou os trabalhos pelo Item 9 – Análise da proposta
212de revisão da resolução CNRH nº 12, esclarecendo que a CTAS, teria em princípio, até as
21313h00 para finalizar sua análise a fim de viabilizar a reunião conjunta CTAS/CTPOAR no
214período da tarde. Passou então à leitura da ementa da versão CTPOAR da resolução CNRH nº
21512, conjuntamente iniciou a leitura das contribuições apresentadas pelos representantes CERH-
216SP. Levantada a dúvida sobre o significado de “corpo hídrico”, a **Sra. Dorothy Casarini**
217(CERH-SP/RJ) esclareceu que a única resolução CNRH que traz a definição de corpo hídrico é a
218resolução nº 15 do CNRH. Explicou ainda que, no estado de São Paulo, entendeu-se que o uso
219dos termos “água subterrânea” e “subsolo” criaria um conflito de dominialidade já que, este é de
220domínio da União e aquela pertence ao domínio estadual. Entende-se ainda, naquele ente
221federado, que o uso desses dois termos geraria uma inconstitucionalidade e traria problema
222jurídico no momento, por exemplo, de discussão para cobrança de uma multa, por isso lá (em
223São Paulo) adota-se o termo “sub superfície”. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP)
224sugeriu acatar as modificações propostas por CERH-SP com a inclusão dos termos “superficiais”
225e “subterrâneos”. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) questionou se a CTAS entende que a
226palavra “corpo de água” incluía “corpo hídrico subterrâneo” já que em seu entendimento pessoal
227o jargão corpo de água está mais ligado a rios. O **Sr. Flávio Soares do Nascimento**
228(ANA/MMA) colocou seu entendimento de que o termo “recurso hídrico” tem um sentido
229daquilo que é explorado e a “água” tem um sentido do ponto de vista mais natural, na forma
230como se encontra, dessa forma, externou sua simpatia maior pelo termo “água”. A **Sra. Dorothy**
231**Casarini** (CERH-SP/RJ) esclareceu que, de acordo com a Lei nº 6.938/81 (Política Nacional de
232Meio Ambiente), a água subterrânea e a água superficial são consideradas recursos ambientais,
233os quais as agências de meio ambiente teriam que preservar. Transformar água subterrânea em
234recurso hídrico subterrâneo é acrescentar o viés da exploração. O **Sr. Wilson A. Bonança**
235**(Irrigantes)** mencionou ter encontrado dificuldades para encontrar na Lei (9.433/97) uma
236definição que fixe os conceitos de água e recursos hídricos, indagou a Câmara se estes conceitos
237já estão pacificados ou se a CTAS vai ajudar a construí-lo, de uma forma que não traga confusão
238para o mundo jurídico. De acordo com a **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) o conceito já se
239encontra assentado na Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, na qual a água
240subterrânea é mencionada como um recurso ambiental. Após discussões sobre a diferença entre
241“corpo hídrico” e “corpos de água” o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) propôs
242encaminhar para votação a proposta de manter na ementa o termo “corpos de água” ou substituir
243por corpos hídricos, do qual consta definição na resolução CNRH nº 15. A **Sra. Cláudia**
244**Ferreira Lima** (SRHU/MMA) ressaltou que, no detalhamento do Plano Nacional de Recursos
245Hídricos, na parte dos recursos hídricos transfronteiriços, foi usada a palavra corpos de água.
246**Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) disse que, para ela, estava claro que a água, na condição
247de recurso natural estaria separada da água entendida como um recurso hídrico, dotado de valor
248econômico, este, dentro das atribuições do CNRH enquanto que a água, como recurso ambiental
249continuará dentro das atribuições do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA. O **Sr.**
250**Wilson A. Bonança** (Irrigantes) falou que para as pessoas que não lidam diretamente com as
251questões ambientais e de recursos hídricos seria mais difícil fazer a diferenciação proposta pela
252**Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ), principalmente quando se observa a Lei 6.938/81 fora
253do contexto da Política Nacional de Recurso Hídricos. Dentro dessa ótica, a **Sra. Dorothy**
254**Casarini** (CERH-SP/RJ) solicitou registrar em ata, a importância da inclusão, pelo menos da Lei
2556.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) na próxima edição do “Conjunto de Normas
256Legais”. Após algumas discussões sobre a falta de uniformidades nas definições de água e
257recurso hídrico, o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) propôs encaminhar para votação a
258proposta de ementa elaborada por “São Paulo”. O **Sr. Carlos Alberto Martins** (CERH-RN/AL)

259levantou a questão de que, enquanto a água superficial se limita a bacia hidrográfica, o mesmo
260não ocorre com a água subterrânea, sendo, desta forma, impossível pensar em um corpo de água
261subterrâneo encerrado dentro da bacia hidrográfica, tal como ocorre com as águas superficiais.
262Disse ainda que o corpo de água subterrâneo geralmente tem uma contribuição muito maior e
263engloba várias bacias. Após discussões, foi acordada supressão do termo “de uma bacia
264hidrográfica” da versão da ementa apresentada pela CTPOAR. Dessa forma, o **Sr. Everton Luiz**
265**da Costa Souza** (OTEP) propôs encaminhar três propostas para votação a primeira da forma
266original, a segunda com a inclusão dos termos “superficial” e “subterrâneo” e a terceira com,
267além das inclusões, a supressão do termo “de uma bacia hidrográfica”. Venceu a terceira
268proposta por sete votos, contra seis da segunda, a primeira não recebeu votos. Em seguida o **Sr.**
269**Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) propôs que a CTAS passasse à análise dos
270considerandos, disse que para que houvesse uma maior celeridade no processo, fazia-se
271necessário seguir uma sequência lógica na análise da proposta de resolução nº 12, com o
272encaminhamento de propostas para votação. Assim, propôs que fosse incluída uma proposta da
273**Sra. Maricene M. O. M. Paixão** (CERH-MG/ES) no sentido incluir um considerando que
274ressaltasse a questão da integração das águas superficiais e subterrâneas, seja através da citação
275da resolução CNRH nº 15, seja através de um parágrafo construído no âmbito da CTAS. Outra
276proposta, relativa ao segundo considerando, foi para retirado o plural em “Sistemas Nacionais” e
277que se dividisse em Sistema Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Meio
278Ambiente. Após as modificações citadas foi solicitada a inclusão da proposta da **Sra. Maricene**
279**M. O. M. Paixão** (CERH-MG/ES) antes do último considerando com o seguinte texto
280“Considerando que o enquadramento deve ser executado de forma integrada, associando as
281águas superficiais e subterrâneas”. No último considerando foi solicitada a inclusão do trecho
282proposto por “São Paulo” incluindo a citação à resolução nº 396. Encerrada a discussão sobre os
283considerandos, passou-se à análise do artigo primeiro. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza**
284(OTEP) propôs incluir os termos “superficial” e “subterrâneo” depois do termo “corpos de
285água”. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) lembra que o termo “bacia hidrográfica” se
286repete ao longo do texto da resolução, o que poderá dificultar a análise da proposta. O **Sr.**
287**Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) disse que a CTAS teria que correr o risco de não
288conseguir fechar a proposta, para que se pudesse manter a coerência com a linha de raciocínio já
289traçada na ementa. Com as discussões sobre as consequências da retirada do termo “de uma
290bacia hidrográfica” do corpo da ementa, o **Sr. Flávio Soares do Nascimento** (ANA/MMA) disse
291que o termo retirado, a partir dos votos da maioria, poderia ter sido mantido já que o
292enquadramento de corpos de água, tanto superficial quanto subterrâneo é feito de forma
293segmentada, ou seja, por trecho de rio ou por porção de aquífero. Diante de discussões sobre a
294possibilidade de se enquadrar todo um corpo de água em uma determinada classe, a **Sra.**
295**Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) esclareceu que enquadramento significa meta e esta, por sua
296vez, significa dispêndio de recursos financeiros. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP)
297esclareceu que jamais se conseguiria enquadrar todo um corpo subterrâneo dentro de uma mesma
298classe, disse ainda que apesar de o aquífero ser um corpo único, perpassando várias bacias
299hidrográficas, não se pode contar com toda a extensão desse aquífero, como disponibilidade para
300aquela bacia. O **Sr. Emílio Carlos Prandi** alertou para que a câmara não confundisse
301classificação com enquadramento, este o estabelecimento de metas e aquele o conjunto de
302condições. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) sugeriu retomar a análise do artigo
303primeiro, independente das modificações que teriam que ser feitas mais adiante. Sugeriu
304respeitar o texto da ementa, em respeito ao processo, e seguir com a análise para que se pudesse
305fechar uma proposta da CTAS para a reunião conjunta. Assim, sugeriu colocar em votação as
306três propostas já levantadas, antes a **Sra. Maricene M. O. M. Paixão** (CERH-MG/ES) propôs
307hifenizar o artigo segundo, resolvendo, com isso, a questão da alusão à bacia hidrográfica,
308mantendo coerência com a ementa. Após discussões, ficou acordado pela Câmara que o artigo
309primeiro ficaria com o seguinte texto “Estabelecer procedimentos gerais para o enquadramento
310de corpos de água superficiais e subterrâneos” excluindo-se, desta forma, o “termo de uma bacia

311hidrográfica”. O artigo segundo, foi aprovado da forma como proposto pela **Sra. Maricene M.**
312**O. M. Paixão** (CERH-MG/ES), com destaque para a bacia hidrográfica como unidade de gestão
313descrita no inciso primeiro do artigo segundo. Após discussões, chegou-se ao entendimento de
314que a palavra “trecho” seria inadequada para a caracterização de uma parte do aquífero, posto
315que se trata de um corpo tridimensional. Entendeu-se então, que seria mais adequada a palavra
316“porção” para tratar de corpo de água subterrânea. Além disso, foi consensual a retirada do
317trecho “conforme disposto nas resoluções específicas do CONAMA”. Com relação ao parágrafo
318segundo do artigo segundo, foi sugerida a retirada do termo “águas subterrâneas”, além do termo
319“dentre outros”. Segundo o **Sr. Gerônimo Rocha**, por tratar de uma resolução que tratava apenas
320de águas superficiais, fazia sentido a existência do trecho “com destaque para as águas
321subterrâneas...”. A partir das adaptações propostas pela CTAS, não faria mais sentido a
322manutenção do termo “as águas subterrâneas”. Passando ao artigo terceiro, foi proposta por “São
323Paulo” a substituição do termo “ou” por “e”, além da retirada do trecho final desse terceiro
324parágrafo e redação de outro, aproveitando esse trecho retirado. Não houve proposta de
325modificação do artigo quarto ou de seus incisos. Em relação ao artigo quinto, foi proposta a
326inclusão do termo “e suas interconexões hidráulicas” no inciso primeiro. Com relação ao inciso
327segundo do artigo quinto, foi proposta a substituição da palavra “levantamento” pelo termo
328“identificação e localização” no início do citado inciso. Entendendo-se ainda, por questões de
329uniformização do texto, que o inciso terceiro também deveria iniciar pelo mesmo trecho. Para o
330inciso quarto foi proposto pela **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) a inclusão do termo
331“qualidade natural” que, segundo seu entendimento difere de “condições de qualidade” que se
332refere situação causada por efeito antrópico, sinônimo de água alterada. A **Sra. Elza de Abreu**
333**Costa** (Prestadoras) propôs a substituição do “de” por “da”, ficando a nova redação como
334“condições da qualidade”. Em relação ao inciso quinto do artigo quinto, foi sugerida pelo **Sr.**
335**Waldir Duarte Costa** (CERH-PB/PE) a inclusão do termo “superexploração”. A **Sra. Dorothy**
336**Casarini** (CERH-SP/RJ) sugeriu colocar o termo “poluição” no início da enumeração contida no
337inciso. O **Sr. Waldir Duarte Costa** (CERH-PB/PE) sugeriu ainda a colocação termo “e
338subsistência” que, segundo ele é risco geológico de efeito local ou regional e de efeito lento. Não
339houve nenhuma proposta de alteração dos incisos sexto e sétimo. O **Sr. Carlos Alberto Martins**
340(CERH-RN/AL) sugeriu a retirada do termo “principais” no início do inciso oitavo. Neste inciso
341foi incluído o termo “planos ambientais” por entendimento da **Sra. Lisiane Becker** (ONG) de
342que esse termo não poderia ser subentendido no termo “planos diretores”. Segundo ela, existem
343municípios com 3.000 habitantes que possuem plano diretor, mas não possuem plano ambiental.
344Após discussões foi sugerida a substituição do termo “diagnóstico” no inciso nono por
345“caracterização”. Passando ao artigo sexto, foi realizada uma leitura inicial pelo **Sr. Everton**
346**Luiz da Costa Souza** (OTEP). O **Sr. Carlos Alberto Martins** (CERH-RN/AL) entendeu que o
347texto ficaria mais bem redigido com a inclusão do trecho “da aplicação” no caput do artigo, já
348que, do ponto de vista semântico, não são os planos que causam impacto, mas sim a aplicação
349deles. Após discussões, a **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) sugeriu a inclusão do termo
350“ou contaminação” no inciso segundo deste artigo. Sugeriu-se ainda, para o inciso terceiro do
351artigo sexto o deslocamento do termo “consubstanciadas em estudos de simulação” para o caput,
352já que todos os demais incisos também deveriam ser, da mesma forma, consubstanciados em
353estudos de simulação já que trata-se de prognósticos. A reunião foi encerrada as 12h para
354almoço e reiniciou por volta de 13h?. E continuaram na discussão até a chegada dos membros da
355CTPOAR. Às 14h25 foi iniciada a reunião conjunta, CTAS e CTPOAR, na sala de vidro da
356Agência Nacional de Água, com o objetivo de adequar o texto da proposta de resolução quanto
357aos aspectos do enquadramento das águas subterrâneas. O **Sr. Everton Souza (CTAS/OTEP)**
358deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, enalteceu a forma de trabalho que a CTAS e
359CTPOAR estavam adotando, sendo estratégica e objetiva. Esclareceu que a CTAS havia
360conseguido realizar a análise da proposta, até o art. 6º, o que possibilitou o entendimento e
361consenso entre os membros da CTAS quanto a proposta. Assim, acordaram que, agora
362conjuntamente, iniciariam a análise a partir dos considerandos, onde inseriram a Resolução

363CONAMA nº 396, de 2008, que completaria o quadro legal citado, abrangendo a classificação das
364águas subterrâneas. Ajustou-se o art. 1º inserindo águas subterrâneas e excluindo bacias
365hidrográficas, haja vista que as águas subterrâneas não possuem essa delimitação e a proposta de
366resolução de agora em diante, trataria do enquadramento das águas subterrâneas e superficiais.
367Adequando o art. 2º, foi inserido inciso específico como item de referência básica que passaria
368também a considerar o uso menos restritivo para as águas subterrâneas de classe 4, o que realçou
369o conceito bidimensional da proposta de resolução. No art. 5º foram realizadas adaptações para a
370abordagem dos aspectos das águas subterrâneas na fase do diagnóstico e ajustes para melhor
371entendimento do texto, o mesmo também foi realizado no art. 6º, referente a prognóstico. Ainda
372discutiram sobre a definição de “potencial”, sua diferença entre disponibilidade e fragilidade, e a
373fase mais adequada para utilizá-lo no texto, acordando que seria no diagnóstico. Também
374discutiram sobre a diferença entre contaminação e degradação, não havendo consenso, devido a
375complementariedade que possuem, optaram por colocar as duas expressões. O art. 7º foi
376excluído, por ter sido considerado redundante e devido ao cuidado que se deve ter com a
377qualidade dos estudos, ficando esclarecido que a proposta de resolução trataria de
378enquadramento e não das responsabilidades dos elaboradores dos estudos. Quanto ao art. 9º,
379questionaram de quem seria a responsabilidade de elaborar o programa para efetivação do
380enquadramento, onde foi esclarecido que não estaria definido para que o processo não fosse
381engessado. Os artigos do 9º, 11 e 14, tiveram ínfimas modificações voltadas para a melhor
382interpretação do texto. Contudo ponderaram sobre a publicidade dos dados, o que foi entendido
383por todos como necessária e prioritária para o processo, e acordaram o prazo de 2 anos para o
384encaminhamento do relatório técnico, mas que as informações sobre enquadramento e classe
385deveriam ser disponibilizadas em todo momento. Quanto ao art. 12 manifestaram a necessidade
386de envolvimento dos municípios no processo de enquadramento, haja vista que todas as
387instâncias estavam citadas, contudo foi esclarecido que as instâncias estavam citadas devido a
388dominialidade, não sendo oportuno colocar municípios. No art. 16 foi inserida a expressão
389superficial para esclarecer que o artigo era voltado somente para águas superficiais, pois não
390caberia classe 2 para corpos de águas subterrâneas não enquadrados. Acordaram que os membros
391da CTAS verificariam a classe que caberia ser colocada para os corpos de água subterrâneos não
392enquadrados, devido as suas especificidades, sendo estipulado prazo de 15 dias para
393manifestação, que seria acatada pela CTPOAR, por ser temas específico da CTAS, mas ainda
394ficando a dúvida se seria necessário essa determinação, considerando o caráter mais constatativo
395do que prospectivo que as águas subterrâneas possuem, o restrito conhecimento sobre esse
396enquadramento e a transitoriedade do artigo que não caberia as águas subterrâneas. Solicitaram
397que em todo o texto, quando coubesse, fosse colocada junto a expressão recursos hídricos, a
398identificação de superficial e subterrâneo. Entraram em consenso para a existência de artigo
399específico para a revogação da Resolução CNRH nº 12, de 2000. A análise do texto foi concluída
400e os membros das câmaras técnicas acordaram pelo encaminhamento da matéria para análise da
401CTIL. O **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEP)** agradeceu a CTPOAR pela oportunidade dada de
402complementação da proposta de resolução e o esforço de todos para a conclusão da análise da
403proposta e aproveitou para informar sobre a conclusão da revisão da proposta de resolução
404referente a proteção de águas subterrâneas onde foram incluídas todas as propostas apresentadas
405pela CTPOAR, que enriqueceram o seu conteúdo. A **Sra. Leila Carvalho**
406**(CTPOAR/CERH/SP)** disse que a CTPOAR estaria satisfeita com a forma rápida e competente
407que a CTAS tratou o tema, ficando em aberto somente os ajustes do art. 16, assim agradeceu a
408atenção. **Item 10 – Encaminhamento dos Trabalhos / Encerramento**. Os presidentes das CTs
409agradeceram o empenho para a conclusão da análise da matéria com tanta eficácia e reiteraram a
410metodologia de trabalho adotada que culminou com a conclusão dos trabalhos em restrito
411intervalo de tempo. Ainda acordaram que as reuniões da CTAS e CTPOAR constassem na
412programação do XV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, confirmando que a reunião da
413CTAS ocorreria nos dias 11 e 12/11 e a da CTPOAR nos dias 13 e 14/11. Informaram sobre a
414realização do Seminário Internacional de Revitalização de Bacias, no período de 08 à 12/09, em

415Belo Horizonte, maiores informações no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de
416Minas Gerais. A reunião foi encerrada, pelos presidentes da CTAS e CTPOAR às 17h10, ocasião
417em que ratificaram as datas para as suas próximas reuniões: CTAS, 2, 3 e 4 de setembro e
418CTPOAR, 18 e 19 de setembro.

419

420 **Ata aprovada na 64ª reunião, realizada nos dias 07 e 08 de outubro de 2008.**

421

422

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA

ANA PAULA SOARES XAVIER

GILDEVAN FÉLIX LIMA

Presidente da CTAS

Relatores

423